



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0266/17	DATA: 11/04/2017	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 16h05min	PÁGINAS: 4

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO
Análise, Estudo e Formulação de Proposições relacionadas à Reforma Política.

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Especial para Análise, Estudo e Reformulação de Proposições relacionadas à Reforma Política.

Encontra-se à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados cópias da ata da 10ª Reunião, realizada no dia 4 de abril de 2017.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Dispensada a leitura da ata, pelo Deputado Celso Pansera, do PMDB do Rio de Janeiro.

Em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

Ofício do Deputado Antônio Jácome, do PTN do Rio Grande do Norte, justificando a ausência no dia 4 de abril de 2017, em virtude de incompatibilidade de horários de voo.

Ofício do Gabinete da Deputada Luiza Erundina, do PSOL de São Paulo, justificando a ausência das atividades desta Comissão durante os dias 5 e 6 e de 10 a 12 de abril do corrente, por motivo de Licença para Tratamento de Saúde.

Comunico que foram enviados *e-mails*, pela Secretaria da Comissão, convidando V.Exas. a comparecerem em reunião na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, com os movimentos sociais, agendada pelo Sr. Relator, Deputado Vicente Candido, para o dia 19 de abril do corrente ano, às 17h30min, na sede da CNBB.

Ordem do Dia.

Na Ordem do Dia de hoje, estão previstos debates sobre o Relatório-Parcial, apresentado pelo Sr. Relator, Deputado Vicente Candido, mais especificamente sobre o projeto de lei que institui novo marco legal para o exercício da soberania popular direta, nos termos referido no art. 14, inciso I a III, da Constituição Federal; e projeto de resolução que dá nova redação ao Capítulo I, do Título VIII, e promove alterações nos arts. 34, 139 e 142, do Regimento Interno da Câmara dos



Deputados, dispondo sobre o regime especial de tramitação de projeto de lei de iniciativa popular.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, boa tarde; Sras. e Srs. Deputados, boa tarde; público que aqui nos acompanha, antes de entrar na pauta já lida por V.Exa., quero aproveitar e externar aqui um convite às entidades que discutem a reforma política no Brasil.

Na quarta-feira da semana passada, tivemos reunião, na sede da CNBB, com a OAB e muitas outras entidades, que estão convidando os membros interessados desta Comissão para, no próximo dia 19, quarta-feira que vem, às 17h30min, na própria sede da CNBB, outra reunião com essas entidades que querem discutir o projeto, que querem apoiá-lo, que querem participar de reuniões com os Chefes dos Poderes na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no TSE, no Supremo Tribunal Federal, para dar opiniões e contribuições.

Deve ser enviado um convite por escrito a todos os Srs. Deputados. Eles terão o maior prazer em receber os interessados na próxima quarta-feira. Estendo o convite ao Deputado Celso Pansera, já que o projeto de S.Exa. sobre o voto facultativo foi falado lá no dia e há interesse em discuti-lo também com S.Exa.

Sr. Presidente, precisamos combinar um procedimento de deliberação. Na semana passada, entendi que demos como lido o relatório. Evidentemente, também na minha interpretação, tivemos ali vista em conjunto. Se for esse o entendimento, devemos passar aqui à discussão dos projetos. Por sugestão do Sr. Presidente, Deputado Lucio Vieira Lima...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Na votação nominal, podemos ir votar, dar uma interrompida...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Pode ser. Só vou concluir aqui e pode-se seguir a sugestão de V.Exa.

O relatório se desdobra em cinco iniciativas legislativas: um projeto de resolução, um projeto de lei complementar, dois projetos de lei ordinária e uma emenda constitucional.

Nós precisamos combinar um procedimento, nesta Comissão e no plenário, de maneira que trabalhem como meta terminar a votação na Comissão e no



plenário em 15 de junho e enviar para o Senado o fruto desse trabalho do relatório-parcial. Mas há interpretação regimental conflitante.

Então, quero sugerir a V.Exa. que iniciemos a discussão hoje sobre esses dois projetos de conteúdo e façamos a consulta para unificar a interpretação do procedimento. Na semana que vem, voltaremos com essa interpretação, com o intuito de começar a deliberar sobre esses projetos, sobre o relatório de alguma forma.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Pois não, Deputado. Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, o Relator está propondo que busquemos um caminho de condução dos trabalhos para acelerarmos o máximo possível.

Queria fazer uma preliminar, porque estou bastante preocupado. Hoje, foi pautado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a PEC 282, oriunda da PEC 36, do Senado.

Nós, Deputados, estamos fazendo aqui um esforço, que não é individual, para colocar a legislação brasileira em sintonia com o que pensa a sociedade hoje. É óbvio que isso exige um conjunto de conversas, de trabalho e etc., porque as visões são completamente diferentes.

Havia tido nesta Casa, pelo menos, o entendimento de que há esforço, a partir da Mesa Diretora, da Presidência da Casa, ao se constituir esta Comissão, para que, de uma vez por todas, busquemos a conclusão desse processo da forma mais objetiva possível, o que não acontece e não acontecerá, do meu ponto de vista, se a Casa ficar discutindo isso em duas frentes.

Nós já debatemos isso aqui no início dos trabalhos desta Comissão e nós precisamos fazer um apelo e insistir com o Presidente Rodrigo Maia. Do meu ponto de vista, há incompatibilidade muito grande em se discutir, nesta Comissão, um conjunto de alterações na legislação e S.Exa. montar uma Comissão Especial para discutir especificamente uma PEC, que trata de assuntos diretamente relacionados aos que nós iremos discutir aqui. Do meu ponto de vista, isso pode vir a ser o



famoso bode na sala, para discussão de temas como o sistema de votação, o sistema eleitoral.

Então, eu queria fazer esse apelo. A reunião da CCJ foi suspensa — não foi encerrada —, porque começou a Ordem do Dia, ela pode voltar ainda hoje e isso pode ser debatido.

Quanto a se discutir a constitucionalidade, não há nenhum problema. Mas nós — repito — precisamos fazer um apelo porque ou esta Comissão tem papel efetivo ou deixa de existir e a condução dessa matéria é feita de acordo com o que o Presidente acha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Está certo, Deputado. Vamos suspender nossos trabalhos por 10 minutos, para que os Deputados possam ir ao plenário votar, em seguida, peço que retornem a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - No retorno, eu quero encaminhar sobre essa questão também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Está O.k.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Prascidelli) - Declaro reaberta a reunião da Comissão.

Devido à situação da votação em Plenário, no qual há discussão bastante intensa, vamos encerrar aqui a reunião desta Comissão. O Relator e o Presidente Lucio Vieira Lima vão convocar outra reunião para a próxima semana.

Declaro encerrada a presente reunião.